Otra Economía

Revista Latinoamericana de economía social y solidaria

Otra Economía - Volumen IV - Nº 7 – 2º semestre/ 2010
ISSN 1851-4715

Otra Economía [online] - Volumen IV - Nº 7 – 2º semestre/ 2010 - ISSN 1851-4715. Disponible en: http://www.riless.org/otraeconomia

185 p.; 29 x 21 cm.

1. Autogestión; 2. Economía Social y Solidaria; 3. Cooperativas; 4. América Latina; 5. Marco legal.

Publicada por:
Red Latinoamericana de Investigadores de Economía Social y Solidaria (RILESS)

Ilustraciones:
Edilson Rocha.
Brasil.

Artista Plástico e Escritor, Edilson Rocha é daquelas pessoas simples, sem malícia no olhar, sorridente e confiante. Natural de Beberibe, pequena cidade do litoral cearense, desde criança sonhou em viver na cidade grande.

divilima@yahoo.com.br
http://galeriaedrocha.blogspot.com/

Usted es libre de: copiar, distribuir, exhibir, y ejecutar la obra bajo las siguientes condiciones:

1. Reconocimiento. Debe reconocer los créditos de la obra de la manera especificada por el autor o el licenciador (pero no de una manera que sugiera que tiene su apoyo o apoyan el uso que hace de su obra).
2. No comercial. No puede utilizarse esta obra para fines comerciales.
3. Sin obras derivadas. No se puede alterar, transformar o generar una obra derivada a partir de esta obra.

Ante cualquier reutilización o distribución, usted debe dejar claro a los otros los términos de la licencia de esta obra.
Cualquiera de estas condiciones puede dispensarse si usted obtiene permiso del titular de los derechos de autor.
Nada en esta licencia menoscaba o restringe los derechos morales del autor.

Consejo Científico:
Boaventura de Souza Santos (Portugal)
Enrique Dussel (México)
Jean-Louis Laville (Francia)
José Luis Coraggio (Argentina)
Luiz Inácio Gaiger (Brasil)
Marília Veronese (Brasil)
Paul Singer (Brasil)

Directores:
José Luis Coraggio (Argentina)
Luiz Inácio Gaiger (Brasil)

Equipo Editorial:
Andressa Correa (Brasil)
Carolina Barnes (Argentina)
Federico Zuberman (Argentina)
Gonzalo Vázquez (Argentina)
Letícia Cristina B Barbosa (Coord.) (Brasil)
Natalia García (Argentina)
Sandra Milena Muñoz (Colombia)

Diseño y diagramación:
Letícia Cristina Bizarro Barbosa (Brasil)

Cuerpo de referís:
Aida Quintar (Argentina)
Antonio Cattani (Brasil)
Antonio Elizalde (Chile)
Armando de Melo Lisboa (Brasil)
Carola Conde Bonfil (México)
Claudia Danani (Argentina)
Daniela Soldano (Argentina)
David Barkin (México)
Euclides André Mance (Brasil)
Fabio Sánchez (Brasil)
Fernando Kleiman (Brasil)
Gabriela Domecq (Argentina)
Gabriel Fajn (Argentina)
Griselda Verbecke (Argentina)
Gustavo Cimadevilla (Argentina)
Hans Benno Asseburg (Brasil)
Henrique Tahan Novaes (Brasil)
Lia Tiriba (Brasil)
Maria Adela Plasencia (Argentina)
María Arcelia González Butrón (México)
Mario Elgue (Argentina)
Mirta Vuotto (Argentina)
Pablo Guerra (Uruguay)
Patricio Narodowski (Argentina)
Paulo Albuquerque (Brasil)
Raúl Fernández Wagner (Argentina)
Ricardo Diéguez (Argentina)
Ruth Muñoz (Argentina)
Ana Mercedes Sarria Icaza (Brasil)
Susana Hintze (Argentina)

INDICE

PRESENTACIÓN 4

ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA: CONTRIBUCIONES TEÓRICAS 7

José Ricardo Tauile: contribuições para a Economia Solidária **Manuela Salau Brasil y Francisco Salau Brasil (Brasil)** 8

ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA: EXPERIENCIAS Y SUJETOS 25

Los procesos organizativos de la agricultura familiar y la creación de ferias y mercados de economía social **Luis Caballero *et all* (Argentina)** 26

Experiencias de Economía Social en Michoacán ¿Una respuesta al desarrollo que no llegó? **Josefina Cendejas Guízar y María Arcelia Gonzáles Butrón (Mexico)** .. 42

A economia solidária e os desafios da gestão pública: uma análise do programa oportunidade solidária no município de São Paulo **Sandro Pereira Silva (Brasil)** 62

DOSSIER MICROEMPRENDEDORISMO Y ASOCIATIVISMO 83

Quando micro não é sinônimo de pequeno: a vertente metautilitarista do empreendedorismo **Adriane Vieira Ferrarini y Luiz Inácio Gaiger (Brasil)** 84

Microempreendedorismo e associativismo: um retrato preliminar de Moçambique **Dipac Jaiantilal y Cláudio Mungói (Moçambique)** 101

Microempreendedorismo popular e Economia Solidária: o sentido de uma mudança **Pedro Hespanha (Portugal)** 111

Piracema: uma metáfora para o microempreendedorismo associativo no Brasil **Adriane Vieira Ferrarini y Marília Veríssimo Veronese (Brasil)** 131

A História e os sentidos do empreendedorismo solidário **Luiz Inácio Gaiger y Andressa da Silva Corrêa (Brasil)** 153

ECONOMÍA SOCIAL EN AMÉRICA DEL NORTE 177

El "mapeo" de la economía social y solidaria: algunos retos **Yves Vaillancourt (Canadá)** 178

Otra Economía

Sección

Economía Social y Solidaria: contribuciones teóricas

José Ricardo Tauile: contribuições para a Economia Solidária

Manuela Salau Brasil

Possui graduação em Economia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1993) e mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2001). Atualmente é doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Tem experiência docente na área de Economia. Assessora da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL/UEPG) entre 2005 e 2007. Pesquisa as seguintes temas: economia solidária, trabalho e utopia.
e-mail: manu_lela2@hotmail.com

Francisco Salau Brasil

Possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2005) e mestrado em Engenharia Ambiental pela Universidade Regional de Blumenau (2009). Tem experiência na área de Ciências Ambientais, com ênfase em Tecnologias Apropriadas, atuando principalmente nos seguintes temas: economia solidária, tecnologia apropriada, desenvolvimento, ecodesenvolvimento e percepção e educação ambiental.
e-mail: fsbrasil@gmail.com

Resumo:

Este texto tem como objetivo destacar algumas das contribuições de José Ricardo Tauile para os estudos da Economia Solidária. Para tanto, selecionaram-se quatro artigos do autor, aqui apresentados e analisados, na perspectiva de evidenciar seu esforço para a constituição da Economia Solidária no Brasil, especialmente no que diz respeito à formulação de políticas públicas. Deve-se ressaltar que seu envolvimento com a Economia Solidária ultrapassou o campo teórico, o que lhe rende o título de *otimista militante*.

Palavras-Chave: José Ricardo Tauile – Economia Solidária- política – utopia

Abstract:

The objective of the present paper is to highlight some of the contributions by José Ricardo Tauile to the studies on Solidary Economy. To that end, four of his articles were selected, and are presented and analyzed here with a view to demonstrating his endeavors toward establishing Solidary Economy in Brazil, especially concerning the formulation of public policies. It must be stressed that Tauile`s involvement with Solidary Economy went beyond theory, a fact which allows him to be regarded as a militant optimist.

Key-words: José Ricardo Tauile. Solidary Economy. Policy. Utopia.

INTRODUÇÃO

Edilson Rocha

José Ricardo Tauile nasceu em 20 de julho de 1945 no Rio de Janeiro e morreu em 10 de dezembro de 2006 em São Paulo. Em 1964 ingressou no curso de Engenharia Civil, na UFRJ, onde concluiu sua graduação. Migrou da Engenharia para a Economia a partir dos cursos de pós-graduação; em 1976 concluiu o mestrado e, em 1984, o doutorado, ambos na "New School for Social Research"; em 1990, o pós-doutorado, na "Université de Paris XIII".

Professor da UFRJ notabilizou-se por pesquisas sobre as mudanças tecnológicas e seus impactos sobre o trabalho e questões sociais. Buscou compreender as modificações operadas no interior da fábrica, as transformações de base técnica e seu rebatimento sobre a organização do trabalho, para interpretar as mutações no mundo do trabalho e, mais ainda, a natureza da crise capitalista. Aliou a pesquisa sobre o conhecimento da realidade com o esforço em apontar caminhos ou formas para a saída da crise econômica, o que justifica seu interesse pela Economia Solidária, tema que lhe ocupou dos últimos anos do século XX até o final de seus dias.

Este texto pretende abordar algumas de suas contribuições a respeito desse tema e, para tanto, segue com: a) breves comentários sobre o encontro do autor com a Economia Solidária; b) apresentação dos quatro textos selecionados[1] – "Do socialismo de mercado à Economia Solidária" (2002); "Economia Solidária e autogestão: criação e recriação de trabalho e renda" (2004) – texto escrito com Huberlan Rodrigues; "Autogestão no Brasil: o salto de qualidade nas políticas públicas" (2004) – texto escrito com Eduardo Debacco; "Economia Solidária e autogestão no Brasil: síntese de uma pesquisa" (2005) – escrito com Huberlan Rodrigues; c) análise sobre alguns aspectos extraídos dos textos e d) considerações finais.

1. Economia Solidária

Em seu livro "Para (re) construir o Brasil contemporâneo" (2001), Tauile problematiza as mudanças tecnológicas e organizacionais, as mudanças no interior do sistema capitalista, seus impactos sobre o trabalho e as perspectivas para o cenário brasileiro. O próprio autor alerta que a Economia Solidária não é diretamente abordada na obra, esclarecendo: "Mas com isso não se deve depreender que não as julgo importantes, ou que elas não tenham lugar no argumento apresentado; ao contrário, intrinsecamente, fazem parte dele." (TAUILE, 2001, p. 13)

[1] Os quatro textos estão reunidos, além de outros, na obra: "Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento: escritos escolhidos 1981-2005", conforme consta nas Referências.

Portanto, é importante conhecer os caminhos que levaram o autor a se dedicar a esse campo de interesses. Seu envolvimento com a Economia Solidária iniciou a partir de contatos com a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão) depois como assessor do governo de Olívio Dutra (no Rio Grande do Sul) até o acompanhamento a empreendimentos autogestionários. Também organizou o primeiro curso de graduação no Brasil sobre o tema dentro do Instituto de Economia da UFRJ. (PAIXÃO; BRANCO, 2009).

Em um rápido balanço sobre essas experiências, tem-se que:

> Tanto nas aulas quanto nas diversas intervenções que fez no campo da economia solidária, foi marcante sua preocupação não só com as questões do 'socialmente necessário' para a competição no mercado capitalista, mas em especial com o que seria 'necessário socialmente' para construir um país menos desigual. Infelizmente, este ciclo de atuação e reflexão em torno da economia solidária não pôde ser fechado, ficando sem conclusão seu trabalho sobre os reais limites e possibilidades dos empreendimentos autogestionários frente ao mercado capitalista, e sobre o potencial revolucionário de tais iniciativas sobre a realidade social brasileira. (PAIXÃO; BRANCO, 2009, p.375)

Tauile não tem a Economia Solidária apenas como objeto de pesquisa: coloca em marcha sua atuação concreta em um projeto que acredita ser mais que uma prática assistencialista.

> Por conta de seu otimismo [ou paixão], Tauile extravasou os limites da pesquisa e da reflexão acadêmica e colocou seus conhecimentos a serviço de um ativismo numa época em que já dominava o imobilismo político entre seus pares. Sua compulsão pelo propor e pelo fazer o levará a se interessar por formas de organização da produção alternativas às relações de trabalho especificamente capitalistas – como a autogestão e, em especial, as cooperativas autogestionárias, uma modalidade de economia solidária. [...] Tauile vislumbra nessas experiências um meio eficaz de inclusão social mediante a geração de trabalho e renda. **Mais do que um expediente pra enfrentar momentos de crise, ele deixa transparecer sua crença na autogestão como importante elemento constitutivo de um estágio superior de sociabilidade**... (SALM, 2009, p. 19, p. 20, grifo nosso).

Dessa forma, pode-se compreender seu interesse pela Economia Solidária, demonstrando a coerência do autor em perseguir os temas afetos às transformações no mundo do trabalho e seus impactos sobre a sociedade, nutrindo a esperança de ultrapassar as crises do capital. Com essas breves notas, introduz-se a apresentação dos quatro artigos selecionados.

1.1. "Do socialismo de mercado à economia solidária" (2002)

O autor se pergunta sobre as condições de possibilidade de manutenção e expansão da Economia Solidária, uma vez que está inscrita no sistema capitalista.

> Até que ponto formas de economia solidária, como a operação por meio das cooperativas, seriam alternativas viáveis tanto nos interstícios do sistema capitalista, por conta das 'fraturas' de um regime de acumulação insustentável, quanto em espaços mais expressivos da

> dinâmica de reprodução das economias contemporâneas? Poderia a resolução dessas 'fraturas' tornar-se força motriz para um novo estilo de acumulação? Será que nas atuais circunstâncias é correto considerar a cooperativa como uma empresa 'socialista', como o faz Paul Singer [2001]? Serão seus princípios 'totalmente diferentes dos princípios da empresa capitalista', ou tratam-se meramente de detalhes e aspectos não fundamentais para a lógica da organização do empreendimento? (TAUILE, 2009a, p. 291)

Eis uma das primeiras questões que atraem todos aqueles que se aproximam do tema – seja com desconfiança, incredulidade, seja com esperança – e mesmo que não possam ser respondidas, precisam ser alvo de reflexão.

Nos quatro textos aqui expostos, o autor destaca a autogestão como característica emblemática da Economia Solidária e restringe suas pesquisas a uma das formas que ela pode assumir, qual seja as cooperativas autogestionárias oriundas das chamadas empresas recuperadas (o que se justifica pelos contatos com a ANTEAG, conforme relatado anteriormente).

Neste que é um de seus primeiros textos sobre Economia Solidária, percebe-se a influência de suas pesquisas anteriores sobre o mundo do trabalho, quando, por exemplo, utiliza o "modelo japonês" para refletir sobre a viabilidade da Economia Solidária no Brasil, para concluir[2]:

> No caso japonês, a credibilidade foi forjada entre empreendedores e empregados, em busca de objetivos de longo prazo tornados mais ou menos comuns. Tomando este fato como referência, seria então válido pensar que, nas experiências de cooperativas de autogestão de economia solidária, o antagonismo básico entre capital e trabalho possa também ficar esmaecido, visto que os trabalhadores são seus próprios patrões? (TAUILE, 2009a, p. 293)

Esta não é, entretanto, a ênfase do texto, que se desdobra em apontar os desafios da Economia Solidária, bem como suas possibilidades. A busca por atuação em redes, propiciando ganhos de escala e maior eficiência, constitui-se em uma possibilidade de estabelecer-se em um ambiente capitalista. Aliás, é uma prática utilizada pelas empresas capitalistas por intermédio dos "clusters".

No caso da "rede solidária" seriam organizadas compras coletivas e a adoção de um selo identificando seus produtos. O autor cita ainda a importância do uso de tecnologias de informação entre seus participantes, a constituição de um "banco de idéias" como forma de aperfeiçoamento dos processos, e a relevância do crédito para sustentar e impulsionar os empreendimentos. Por fim, o autor destaca a criação imprescindível de "relações de confiança" para fundamentar as redes.

Tauile alerta que, embora esses empreendimentos sejam autogestionários, mantêm relações com a economia de mercado, e por isso não é possível desconsiderar essa lógica e funcionamento. Sua aposta recai na "construção de vantagens comparativas dinâmicas" em substituição às "vantagens comparativas estáticas". Se essas últimas representam vantagens em termos de recursos naturais ou humanos, as primeiras dizem respeito "... àquelas construídas pela

[2] No livro "Para (re) construir o Brasil contemporâneo" o autor dedica um capítulo sobre "A via japonesa para o trabalho contemporâneo", no qual menciona a cooperação como um dos elementos importantes do "modelo japonês". Sobre uma possível analogia entre este modelo e a autogestão, ver a seção 2 deste artigo.

ação objetiva dos agentes e que realimentam a própria competitividade –, como ocorreu no caso japonês." (TAUILE, 2009a, p. 297)

O autor continua:

> Neste contexto, a introdução e a difusão das inovações técnicas e organizacionais daí provenientes poderiam e deveriam ser utilizadas em ritmo adequado à formação de uma cultura profissional específica desse tipo de empresa e/ou rede voltada para seu próprio e constante aperfeiçoamento. (TAUILE, 2009a, p. 297)

A crença do autor é que sejam "passos ousados, mas viáveis politicamente" articulados em torno de um "exercício de inteligência social" que combine investimentos em políticas públicas capazes de "... criar a cultura [econômica, política e social] de sustentação efetiva da rede solidária no tempo." O autor conclui: "A idéia de fundo é que se possam, com isso, preencher substancialmente as carências sociais com mecanismos democráticos de acumulação". (TAUILE, 2009a, p. 298)

1.2. "Economia solidária e autogestão: criação e recriação de trabalho e renda" (2004) – Texto escrito com Huberlan Rodrigues.

Tauile argumenta que políticas públicas de geração de trabalho e renda têm efeitos positivos sobre a diminuição da pobreza e, por esse motivo, defende o direito ao trabalho como forma de promover melhorias sociais para os trabalhadores em países periféricos. Ao mesmo tempo, admite que as mudanças no mundo do trabalho sinalizam para um presente e um futuro com menores oportunidades de emprego formal, e dessa maneira, na contramão do que seria necessário.

Neste contexto, o autor acentua:

> Ao confrontarmos os números da exclusão, que são de grande monta, com os da criação de postos de trabalho [formal] **mesmo quando a hipótese de crescimento da economia e geração de postos de trabalho e renda é vislumbrada e palpável,** julgamos ser o fomento e o incentivo ao empreendedorismo popular coletivo [dos trabalhadores e trabalhadoras], por meio da autogestão de empreendimentos, muito importantes para a criação de alternativas sustentáveis no funcionamento das economias contemporâneas no longo prazo. (TAUILE, 2009b, p. 302)

É importante ressaltar que a Economia Solidária não aparece como uma opção temporária restrita a episódios de crise, limitada a épocas de baixas taxas de crescimento econômico, mas, ao contrário, com potencial para constituir-se em uma alternativa de longo prazo a depender do interesse dos trabalhadores e das políticas públicas. Embora nascidos sob o signo da crise, esses empreendimentos podem se consolidar e apontar para "um novo estado de coisas que se avizinha". (TAUILE, 2009b, p. 303).

Exemplos ilustram o crescimento e fortalecimento dessas iniciativas no Brasil, visíveis por intermédio da criação da ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária), do envolvimento de universidades e prefeituras em programas de incentivo aos empreendimentos e também pela instituição da SENAES (Secretaria Nacional de

Economia Solidária) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Casos exitosos também são encontrados em outros países, a exemplo do Complexo de Cooperativas Mondragón, no País Basco.

O aumento do número de empreendimentos autogestionários não vem desacompanhado de dificuldades, como o choque entre a cultura do trabalho assalariado em contraposição ao trabalho autônomo, e até mesmo a urgência das questões de sobrevivência que obscurecem outras também importantes.

Este cenário impõe um conjunto de reflexões sobre os limites e possibilidades da Economia Solidária, sistematizados da seguinte forma pelo autor:

> ... deveriam tais empreendimentos ser entendidos estritamente como parte de uma política assistencial [de suporte], ainda que com um perfil de mais integridade econômica e social [sem maiores expectativas, todavia, de que possam constituir um núcleo germinador de transformações estruturais]? Ou, um pouco mais do que isso, deveriam eles ser percebidos e utilizados como um recurso para ser efetivamente usado, porém com limitações nítidas sob certos ângulos de análise, como, por exemplo, o alcance mercantil das atividades econômicas de um determinado tipo de cooperativas? Ou ainda, sob uma ótica mais otimista, poderiam estas experiências [e seus ensinamentos] constituir-se como um guia de orientação para um novo modelo de desenvolvimento econômico e social? (TAUILE, 2009b, p. 308)

Desde um cenário mais conservador até o mais otimista – em que a Economia Solidária se constituiria em eixo fundante de outro modelo de desenvolvimento – nota-se que a preocupação inicial, expressa já em seu artigo anterior, ganha maior refinamento, apesar de manter-se inconclusiva. A partir desse conjunto de hipóteses, novas interrogações se colocam:

> a) Seria esta uma forma viável e eficaz de incorporar trabalhadores excluídos do circuito econômico atualmente? a1) Em caso positivo, como aperfeiçoá-la? a2) Em caso negativo, e se possível, como corrigi-la? b) Que tipo de empreendimento estaria propenso a incidir neste acerto ou naquele erro? [...] c) Estaria esta prática fadada a ser um nicho do sistema, ou poderia ter a pretensão de nuclear um padrão alternativo de desenvolvimento, que seja viável e, se possível, eficiente economicamente, bem como eficaz socialmente? (TAUILE, 2009b, p. 310)

O autor continua com novas perguntas, buscando entender e revelar as especificidades desses empreendimentos bem como vislumbrar o alcance do próprio movimento de Economia Solidária. A quantidade de questões propostas demonstra a fecundidade do tema, ao mesmo tempo em que atenta para a urgência em enfrentá-las.

Em relação ao texto anterior, constata-se uma maior proximidade entre autor e tema, motivada talvez pela expansão do número de empreendimentos e da inserção da Economia Solidária na agenda de muitos governos, bem como de sua participação mais direta e para além de uma agenda teórica.

1.3. "Autogestão no Brasil: o salto de qualidade nas políticas públicas" (2004) - Texto escrito com Eduardo Debacco.

Se no artigo de 2002 Tauile utiliza o conceito de Ortiz Roca sobre Economia Solidária[3], neste ele elabora seu próprio conceito do que chama de economia popular e solidária[4] "... conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna, e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade." (TAUILE, 2009c, p. 313)

O autor chama a atenção para o fato de que a autogestão, celebrada como princípio desses empreendimentos, ainda é um ideal, e por isso utiliza em seu conceito a idéia de "certo grau de democracia interna".

Distinguindo dois níveis de análise, um sob o ponto de vista da viabilidade da economia popular solidária, em uma visão macro, e outro da viabilidade do empreendimento autogestionário, opta por esta segunda para aprofundar o debate.

De acordo com Tauile, a autogestão é uma mudança radical dos avanços propostos pelo modelo japonês, ou seja, da participação e motivação dos trabalhadores que, a partir disso, podem reencontrar parte do "saber produtivo" expropriado pelo capital[5]. Não deve ser confundida com a flexibilização que gera precariedade e tampouco com aquela que está na origem das cooperativas ilegítimas como as "cooperfraudes". Para ele, portanto, a motivação e a transparência são fontes de eficiência do trabalho autogestionário.

Considerando a diversidade dos casos concretos no Brasil, que resultam em diferentes graus de eficiência, elege algumas questões que devem ser enfrentadas quando se discute a viabilidade de tais empreendimentos.

> a) O que se deve entender por eficiência econômica, analisando-se para além da simples questão do lucro no curto prazo? b) Podem as empresas de autogestão ser eficientes independentemente da ação do Estado [auto-suficientes]? Quais as condições necessárias para isso? c) Até que ponto a sociedade deve apoiar esses empreendimentos? Em quais circunstâncias eles são necessários? d) Como as políticas públicas voltadas para esses empreendimentos podem viabilizar iniciativas que, de outra forma, não sobreviveriam? (TAUILE, 2009c, p. 316)

Para refletir sobre essas indagações, inicia com uma avaliação sobre o conceito econômico tradicional de eficiência, julgando-o insuficiente para dar conta dessa nova forma de gerir os empreendimentos. A busca pelo aumento de lucros ou redução de custos sob a perspectiva da firma, bem como a maximização da satisfação ou a minimização dos gastos pelo consumidor, são preceitos da teoria econômica que fazem parte de outra racionalidade e, por isso, não podem ser reproduzidas para os empreendimentos operados por outra lógica.

Deixando evidente essa impossibilidade, exemplifica:

---

[3] "A economia solidária recobre diferentes formas de organização em que os cidadãos e cidadãs se incumbem seja para criar sua própria fonte de trabalho, seja para ter acesso a bens e serviços de qualidade ao mais baixo custo possível, numa dinâmica solidária e de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos" (TAUILE, 2009a, p. 287)

[4] Há várias expressões utilizadas para nominar o mesmo fenômeno, ou fenômenos muito parecidos. Entre eles: economia solidária, economia popular e solidária, socioeconomia solidária, economia social.

[5] Mais sobre possíveis comparações entre os dois modelos, ver a seção seguinte.

> No conceito de eficiência tradicional, ou seja, da relação entre insumos e produto, esses empreendimentos são um fracasso. O produto resultante do processo de coleta e triagem do lixo é muito inferior aos custos de produção, só sendo viável devido aos importantes subsídios públicos, sob a forma de coleta e entrega dos resíduos nos galpões. No entanto, esta é hoje uma política pública com aprovação praticamente unânime na sociedade. O caso é que, além do plástico, do papel, do vidro e dos metais, esses galpões produzem emprego, renda, qualidade de vida, diminuição do volume de lixo em aterros sanitários, redução no desmatamento, menos lixo nos arroios, reaproveitamento de recursos que demorariam séculos para serem biodegradados etc. Os benefícios sociais daí resultantes não são remunerados pelo mecanismo de mercado, especialmente quando se toma como referência o curto prazo. (TAUILE, 2009c, p. 323)

Dessa forma, defende a necessidade de atribuir outro significado ao conceito de eficiência e viabilidade, incorporando os benefícios sociais tanto quanto os resultados financeiros[6]. Para isso, sugere: "Deve-se determinar o que é importante para a sociedade e construir indicadores e regras que permitam atingir tais objetivos. [...] A criação de indicadores outros que não apenas a margem de lucro é uma tarefa teórica urgente para que a eficiência desses negócios seja medida." (TAUILE, 2009c, p. 323)

As potencialidades dos empreendimentos autogestionários continuam se revelando, e o autor detalha o caso da política pública adotada no governo de Olívio Dutra no Rio Grande do Sul, constituída a partir de cinco eixos: formação, capacitação, financiamento, comercialização e formação de incubadoras (especialmente universitárias).

Os resultados práticos dessas experiências, tanto ao apresentarem suas dificuldades quanto êxitos e potencialidades, reforçam a necessidade de construção de uma política pública, coordenada pela SENAES, e que aprecie os temas a seguir. Articulação entre os diversos atores que trabalham com assessorias e fomento a Economia Solidária (ONGs, governos municipais e estaduais, universidades); articulação entre os diferentes órgãos e programas dentro do âmbito do governo federal para estabelecer parceria (Fome Zero, BNDES) e identificação dos empreendimentos em funcionamento no Brasil[7]. Além desses, deve haver a criação de formas de acesso a recursos financeiros pelos empreendimentos, em suas diferentes fases e atividades. Por fim, a viabilidade depende também de um marco jurídico que reconheça sua existência e considere suas especificidades.

1.4. "Economia solidária e autogestão no Brasil: síntese de uma pesquisa" (2005) – texto escrito com Huberlan Rodrigues.

Este artigo é parte de uma pesquisa realizada em 25 empreendimentos[8], cujo objetivo foi a elaboração de uma tipologia que permitisse orientar as políticas públicas desse segmento. Como primeiros resultados, o autor se dedica a detalhar as dificuldades desses empreendimentos, na sua maioria organizados após a falência da atividade capitalista.

[6] Na seção seguinte serão analisados os pontos de vista de outros dois autores sobre esse tema.
[7] Atualmente, isso vem sendo realizado por intermédio do mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários, em sua segunda edição.
[8] Os 25 empreendimentos estão assim distribuídos pelos estados brasileiros: RS (9), PR (1), SC (4), SP (5), RJ (1), MG (3), PE (1), SE (1).

Portanto, novamente aparecem os obstáculos surgidos pela insuficiência de crédito, pela defasagem tecnológica, pela ausência do marco legal específico, bem como dificuldades com a própria gestão do empreendimento (por exemplo, carência de conhecimentos específicos por parte dos trabalhadores e ausência de indicadores de desempenho).

Ao mesmo tempo, o autor verificou uma diversidade de formas de remuneração e distribuição das cotas entre os trabalhadores, do destino das sobras (excedente) e até mesmo no que diz respeito à presença de trabalhadores assalariados. Observando se tratar de uma realidade heterogênea, encontram-se empreendimentos que já ultrapassaram a fase inicial de maiores adversidades assim como outros que ainda enfrentam a luta diária pela sobrevivência.

Sobre estes últimos, Tauile confessa:

> Nossos sentimentos variam entre o desânimo diante da constatação nua e crua das dificuldades colocadas por uma realidade bastante inóspita para este tipo de empreendimento, e certo otimismo provocado pela obstinação com que os mais desfavorecidos resistem e buscam conhecer e conquistar os caminhos da recuperação e da reintegração. (TAUILE, 2009d, p. 339)

Na continuidade, revela e nos empresta sinais de esperança:

> Deixando o otimismo prevalecer [ou será a paixão?], acreditamos que, afinal, se o empreendimento, apesar de tantas dificuldades – e não são poucos os casos –, consegue continuar funcionando, ainda que precariamente depois de tanto tempo, é válido considerar a hipótese de que ações de política pública para encurtar, se não mesmo eliminar, alguns dos hiatos que estas empresas enfrentam, possam trazer resultados bastante expressivos não apenas no curto, mas também no longo prazo. (TAUILE, 2009d, p. 339)

Esse otimismo, baseado em fatos e tendências, logo, um sentimento que não deve ser confundido com ilusão, é um dos aspectos que será discutido na próxima seção, assim como outros assuntos abordados pelo autor ao longo deste conjunto de textos.

2. A natureza da Economia Solidária: pontos para reflexão a partir dos textos apresentados.

O autor aborda diversas questões sobre a Economia Solidária, contribuindo para o debate teórico bem como para o conhecimento dessa realidade no Brasil. Enfatiza a relação entre autogestão (ou níveis de autogestão) e a formulação de políticas públicas, buscando compreender a viabilidade da própria economia popular solidária em se manter em um ambiente capitalista, e mais ainda, daquela relacionada ao empreendimento.

De todas as suas contribuições, elegemos três aspectos para ampliar o debate, sempre tendo como ponto de partida a perspectiva do autor e sem a pretensão de esgotar nenhum dos temas.

2.1. Sobre a natureza do trabalho autogestionário.

Primeiramente, destaca-se a afirmação do autor de que a autogestão – um dos pilares da Economia Solidária – é antes um ideal que uma realidade. De fato, esse argumento vem sendo corroborado pelas pesquisas empíricas que revelam avanços nas práticas de uma gestão democrática, mas que ainda não alcançaram a autogestão. Dentre tantas questões, é preciso compreender que a autogestão não se restringe a uma questão técnica, assim como não é possível entendê-la sem considerar os limites impostos para fatores exteriores aos empreendimentos.

Um segundo aspecto diz respeito ao trabalho autogestionário como referência ao modelo japonês pesquisado pelo autor anteriormente. Em "Para (re) construir o Brasil contemporâneo", Tauile descreve as vantagens do "modelo japonês" em contraposição ao fordismo ocidental.

O Japão, derrotado na Segunda Guerra Mundial, criou um modelo de gestão responsável por reerguer a economia deste país, especialmente porque baseado na capacidade de "... desenvolvimento de relações cooperativas entre os agentes básicos da produção, isto é, entre capital e trabalho e entre empresas dentro de uma mesma cadeia produtiva." (TAUILE, 2001, p.148)

Características como cooperação, confiança e participação dos trabalhadores fazem esse modelo superior ao do trabalho fordista, uma vez que:

> O engajamento dos trabalhadores e sua importância para o bom desempenho do processo produtivo caracteriza, até certo ponto, uma espécie de 'subversão' da tradicional tendência do capitalismo moderno de alienar o trabalhador do processo de produção, pela separação hierárquica entre as atividades de execução e concepção. (TAUILE, 2001, p. 150)

A redução dos níveis hierárquicos, o estímulo à participação e uma menor rigidez e separação entre as atividades de execução e administração, compõem o quadro de uma "flexibilidade dinâmica"[9]. Todavia, essas características não devem ser confundidas com aquelas encontradas nos empreendimentos autogestionários, embora possam utilizar-se das mesmas expressões para defini-los.

Tauile ressalta que interpretações mais entusiasmadas enxergam no "modelo japonês" transformações mais profundas na forma de estabelecer as relações de poder e até mesmo sobre a finalidade da empresa. Nessa perspectiva mais otimista, o modelo japonês se assemelharia ao cooperativismo.

No entanto, os avanços do modelo japonês em relação ao modelo taylorista não autorizam – e nem é essa a posição do autor – essa identificação com o modelo autogestionário. Cooperação, participação, comprometimento, respeito e confiança possuem outra natureza no contexto da Economia Solidária, pois os meios de produção pertencem aos trabalhadores e os empreendimentos são orientados por outra lógica.

A "lógica da solidariedade" é outro tema polêmico e longe de estar esgotado, tendo em vista a multiplicidade de eixos e visões – o que é condizente com a própria natureza do debate. Um desses aspectos será problematizado a seguir.

[9] Citado na apresentação do primeiro texto do autor.

2.2. Sobre a viabilidade, sustentabilidade e eficiência dos empreendimentos autogestionários

A Economia Solidária e seus empreendimentos, embora surgidos no sistema capitalista – e nem poderia ser diferente, são orientados por outra racionalidade. Essa relação é polêmica, e não cabe aqui revisão alguma sobre essa discussão, tampouco um aprofundamento teórico. O objetivo é mais restrito, embora relevante, e refere-se à seguinte questão levantada por Tauile: "O que se deve entender por eficiência econômica, analisando-se para além da simples questão do lucro no curto prazo?" (TAUILE, 2009c, p. 316)

O próprio autor dá pistas para refletir sobre esse tema, que ainda é alvo de estudos, reflexões, proposições e controvérsias. Vázquez (2009) analisou a postura de dois teóricos a esse respeito: Luiz Inácio Gaiger e José Luis Coraggio. As duas visões expressam diferenças de ênfase ou ângulo de análise, muito mais do que divergências profundas.

Gaiger denuncia a resistência em se utilizar alguns termos como "empresa, eficiência e empreendedorismo" quando se refere à Economia Solidária sob acusação de pertencerem exclusivamente à lógica do capitalismo. O autor vê nesse posicionamento uma perda de oportunidades para se discutirem aspectos fundamentais aos empreendimentos, até porque não há uma teoria que se coloque como alternativa a esta. De acordo com ele, as bases para tal posicionamento referem-se ao que denomina de "debilidades mais profundas do pensamento alternativo" resumidas em dois pontos: uma superestimação dos espaços determinados pelo capital e a crença de que a economia é uma ciência a serviço apenas deste sistema, e por isso, desnecessária. (GAIGER, 2008)

Advogando a necessidade de um "empreendedorismo associativo", uma vez que "a dimensão empreendedora é indissociável da dimensão solidária dos empreendimentos", afirma:

> Para que os empreendimentos realizem suas metas – uma façanha, em muitos casos – não basta a seus integrantes serem solidários: não basta almejarem e praticarem o bem comum. Não é tampouco suficiente ter líderes carismáticos, exemplares, capazes de agregar e unir pessoas; ou então, líderes democráticos, que respeitam os pontos de vista individuais e estimulam a participação. Da mesma forma, não basta ao empreendimento atuar em movimentos sociais, participar de fóruns ou tomar parte de redes solidárias, em nome do avanço político da economia solidária. Todas essas iniciativas, valiosas, não eliminam nem resolvem os problemas econômicos e talvez sejam mal conduzidas, – no tocante, por exemplo, a itens da plataforma de lutas – se não houver uma compreensão e uma condução tanto da economia na qual estão imersos os empreendimentos quanto da economia que pretendem e podem efetivamente praticar. (GAIGER, 2008, p. 62)

Considerando as especificidades desses empreendimentos, o autor adverte:

> Por serem organizações econômicas, os empreendimentos associativos necessitam de empreendedorismo; por serem intentos alternativos, precisam inovar nesse campo através de um estilo de empreendedorismo próprio, de caráter participativo e democrático. Portanto, introduzir uma gestão criativa e inovadora, capaz de ir além do preestabelecido. (GAIGER, 2008, p. 63)

Assim, o debate sobre a dimensão econômica, sobre eficiência, viabilidade e sustentabilidade dos empreendimentos e de sua característica "empreendedora", são enfrentamentos necessários para a sustentabilidade do próprio movimento. E, para isso, deve-se reconhecer a diferença entre o "mito do empreendedor", difundido como a solução para o desemprego de acordo com políticas neoliberais, de um empreendedorismo coletivo e associativo. (GAIGER, 2008)

Em contrapartida, Coraggio (2006, p. 6) teme em reaplicar conceitos e significados entre diferentes lógicas:

> Temos que ter muito cuidado quando trazemos esse conceito de sustentabilidade para o mundo da economia associativa solidária, quando trazemos os critérios teóricos ideais da boa empresa de capital e os queremos aplicar aos empreendimentos associativos. Uma coisa é fazer isso como um exercício, para poder comparar as possibilidades diferenciais que tem a economia associativa, a economia popular. Outra coisa é pretender que a economia popular cumpra o mesmo princípio que nem as próprias empresas capitalistas conseguem cumprir.

Sob seu ponto de vista, é uma discussão que extrapola o espaço do empreendimento e o domínio técnico, é antes um problema político e cultural, e por isso não se encerra no nível microeconômico:

> Temos que pensar que situar a sustentabilidade apenas ao nível micro é irrelevante quando se tem em vista um projeto de transformação. Dentro de um projeto de transformação, um conjunto amplo de empreendimentos pode estar organizado de tal maneira que alguns deles não sejam sustentáveis do ponto de vista de seu equilíbrio financeiro, mas que outros produzam um excedente que subsidie os demais. Porque, senão, estaríamos aplicando o critério do chamado "individualismo metodológico", pelo qual, se cada unidade é eficiente e cada unidade se sustenta, então o todo vai se sustentar. Só que não é bem assim: se não há um todo que sustente as unidades, não há sustentabilidade. Esta é uma hipótese para ser discutida. (CORAGGIO, 2006, p. 7)

É uma mudança não apenas conceitual, mas que contempla outros valores e por isso exige reconhecimento e apoio por parte da sociedade civil e do setor público, além da conscientização dos próprios trabalhadores que participam dos empreendimentos. Na avaliação de Coraggio (2008, p. 48), portanto, tem-se que:

> La lucha por la participación popular en la definición de las políticas públicas, los comportamientos de los movimientos sociales y, en particular, el modo de resolución de las inevitables contradicciones de intereses inmediatos dentro del mismo campo popular (por ejemplo, entre trabajadores cooperativistas y trabajadores asalariados que resuelven los mismos problemas – a través del mercado y la subcontratación o desde el interior – de las empresas capitalistas) son condicionantes de la sostenibilidad de un naciente sector de economía centrada en el trabajo y no en el capital como sujeto.

Esse autor introduz o conceito de "sustentabilidade socioeconômica", que, ao contrário do conceito tradicional, contempla as questões mencionadas anteriormente:

> Con este concepto no puede decirse que el problema de la sostenibilidad se limite, como en caso de las empresas capitalistas idealizadas, a la

> relación costos/ingresos o a un remedo de la rentabilidad y la competitividad de la empresa [o de la rama de mercado]. (…) la sostenibilidad depende de factores no siempre reducibles a valores económicos, como las políticas públicas, la calidad de las redes de cooperación y coordinación de un sector de trabajadores relativamente autónomos del capital, la definición legitimada de vida digna, la correlación de fuerzas, tanto como de la voluntad y disposiciones de los actores particulares, colectivos y públicos involucrados en este desarrollo del contexto. (CORAGGIO, 2008, p. 52)

Para concluir, o autor incorpora a dimensão temporal para a apropriação desse novo significado, uma vez que altera esquemas mentais amplamente difundidos. Neste aspecto, justifica e prevê:

> No se contruye *un nuevo sector orgánico* [condición de sostenibilidad de una multiplicidad de emprendimientos] de la economía en contradicción con las fuerzas del capitalismo en un día. Si tenemos que dar un plazo, al menos hay que pensar en veinte años, pues se trata de cambios institucionales, culturales, de relaciones de poder, de constitución de nuevos sujetos colectivos, de reformas profundas del Estado y de la cultura política. Y no hay modelo, sino que hay que ir aprendiendo al hacer y pensar. (CORAGGIO, 2008, p. 56)

O intuito em trazer a visão desses dois autores foi de confirmar a importância do debate pontuado por Tauile, bem como sua complexidade. Não há opiniões divergentes ou contraditórias entre as três perspectivas, mas, antes de tudo, uma complementaridade que assinala o vigor teórico com que a temática é conduzida. Como sublinhou Tauile e fica evidente nas palavras de Gaiger e de Coraggio, essa discussão se abre em duas dimensões – o empreendimento e o conjunto da sociedade –, ambas necessárias para encarar tamanho desafio.

Tauile dedicou grande parte de seu esforço para diagnosticar as dificuldades dos empreendimentos, assim como se dedicou a discutir uma política pública adequada para atender esses interesses, consciente do papel do Estado em fomentar e incentivar este setor.

Um dos entraves citados por ele é a ausência de uma lei apropriada a esse modelo de cooperativismo (problema que persiste até hoje) e que impede a formalização de muitos grupos que, independentemente do formato jurídico, praticam a autogestão e guiam-se pelos princípios da Economia Solidária.

Nesse sentido, pode-se relacionar a luta por uma nova legislação cooperativa como um dos aspectos de sustentabilidade orientada por uma lógica própria, e talvez por isso mesmo, uma luta ainda em processo.

> Não é suficiente para uma empresa de autogestão, do ponto de vista de seus sócios – trabalhadores, que estas apresentem rentabilidade excelente; esse objetivo deve ser alcançado sob uma gestão democrática, com a manutenção e criação de postos de trabalho e com qualidade de vida para aqueles que participam do projeto. O sucesso deve ser medido pela legitimidade social que torna a experiência alternativa sustentável no longo prazo. (TAUILE, 2009c, p. 330)

2.3. Utopia concreta

Tauile inicia o artigo “Do socialismo de mercado à Economia Solidária” com a seguinte citação de Henri de Roche: “O velho cooperativismo era uma utopia em busca de sua prática, e o novo cooperativismo, uma prática em busca de utopia”. (TAUILE, 2009a, p. 287)

Nos parágrafos finais do mesmo texto, escreve: “Se a criatividade é fundamental para tornar o futuro melhor um sonho, somente a ousadia e a firmeza na articulação devida dos agentes sociais e econômicos é capaz de torná-la real”. (TAUILE, 2009a, p. 298)

As afirmações acima nos remetem ao tema da utopia. Mais ainda, de uma utopia possível de se tornar prática, capaz de fazer-se real, de um sonho traduzido em utopia concretizável. Em outros trechos de sua obra, o autor demonstra uma visão otimista sobre o futuro da Economia Solidária. Portanto, eis os temas para análise desta última parte do texto.

Na era do “fim das utopias”, não parece sensato reivindicar essa discussão, nem adequado uni-la a temas “científicos”. No entanto, defende-se que a utopia não chegou a seu fim e que está inscrita no campo acadêmico.

A referência ao “fim da utopia” é uma anti-utopia: não se trata de imaginar um futuro pior, mas sim, de desistir de imaginá-lo. A visão de uma sociedade melhor é trocada pela “segurança” da sociedade existente, menos pelo temor de que qualquer mudança seja para pior, mas sim pela incapacidade de se imaginar mudanças. Utopia, neste contexto, lembra ideia ultrapassada, fora de moda, inútil. E nesse sentido, é sinônimo de algo inalcançável e impossível.

No caso da Economia Solidária, quando há tantas premências para pensar e fazer, o tema parece ainda mais inapropriado. Questões como a sustentabilidade dos empreendimentos e do movimento, pendências e entraves jurídicos, econômicos, culturais, políticos, tendem a ocupar constantemente militantes e teóricos.

Nessa toada, mesmo com suas bases fincadas sobre as experiências do socialismo utópico, e por estar inserida na sociedade do “fim das utopias”, esse é um tema pouco valorizado, senão desconsiderado. Ao mesmo tempo, a Economia Solidária não deixa de revelar, por si, uma utopia.

Portanto, o discurso do fim das utopias é contestado, seja pelo movimento real da sociedade como também por alguns autores, a exemplo de Buey (2007, p. 297)

> a)...la afirmación de que hemos llegado al final de las utopias es um contrafáctico, o sea, una afirmación que va contra los hechos; [...] c) últimamente, desde el 2000, hemos entrado en uma fase de revalorización de la utopía, cuya clave viene a ser de nuevo la discusión acerca del *concepto que hay detrás de la palabra*.

Nesse processo de revalorização do termo, é fundamental a contribuição de vários autores, entre eles Ernst Bloch (1885-1977). O autor re-significa não só a utopia, mas também a esperança, os sonhos e a imaginação, possibilitando a defesa da utopia como algo positivo e concreto.

É a partir da esperança que Bloch recupera e valoriza a utopia: “A falta de esperança é, ela mesma, tanto em termos temporais quanto em conteúdo, o mais intolerável, o absolutamente insuportável para as necessidades humanas”. (BLOCH, 2005, p.15)

Por sua vez, a utopia é gestada nos "sonhos diurnos[10]", que carregam projeções e antecipações do futuro fomentadas pela imaginação do homem. Nem todo o sonho diurno, entretanto, tem o potencial utópico, pois muitos deles geram fantasias irrealizáveis, originando as utopias abstratas. É este o significado usual do termo que, banalizado, tornou-se sinônimo de impossibilidade e até mesmo de certa ingenuidade.

Além desses, os sonhos diurnos podem produzir utopias concretas, ou seja, possíveis de serem realizadas. Dessa forma, utopia adquire um sentido positivo, militante, político e transformador. O que diferencia a utopia concreta da utopia abstrata é sua possibilidade de realização. Bloch elabora quatro tipos de possível: a) possível formal; b) possível objetivo-factual, c) possível conforme a estrutura do objeto real e d) possível objetivo-real.

No primeiro nível, o possível é apenas "passível de ser pensado" e por isso sem compromisso algum com a realidade; no segundo, há uma "condicionalidade parcial" fundada no "... *caráter incompleto do conhecimento* científico das condições factualmente disponíveis...". (BLOCH, 2005, p.224)

Quanto ao terceiro tipo de possível "... não vive das condicionantes insuficientemente *conhecidas*, mas das condicionantes insuficientemente *manifestadas*." (BLOCH, 2005, p.227) O quarto nível de possível prevê a existência simultânea das condições objetivas e subjetivas, embora não em sua forma acabada e final: "O que nele está pré-formatado procura desdobrar-se, todavia não como se anteriormente já existisse, comprimido no menor espaço possível. [...] nunca é algo pronto de modo estanque, que, como algo existente em forma diminuta, apenas tivesse de concluir o crescimento." (BLOCH, 2005, p. 235).

Portanto, as possibilidades em relação ao futuro advêm de uma análise que agrega componentes subjetivos e objetivos, que se baseia tanto na realidade já existente quanto nos movimentos que nela se insinuam latentes ou como tendência na percepção da realidade enquanto processo.

> Imaginar-se rumando para o melhor sucede, num primeiro momento, apenas interiormente. [...] Todavia, nada circularia interiormente se o exterior fosse totalmente estanque. [...] Nenhum objeto poderia ser reelaborado conforme o desejo se o mundo estivesse encerrado, repleto de fatos fixos ou até consumados. No lugar deles, há apenas processos, ou seja, relações dinâmicas, nas quais o existente dado ainda não é completamente vitorioso. O real é processo e processo é a mediação vastamente ramificada entre o presente, o passado pendente e sobretudo o futuro possível. (BLOCH, 2005, p. 194)

O futuro depende ainda da ação e do trabalho humano, assim como do otimismo militante. A atitude do otimismo militante, ao contrário do pessimismo e do otimismo ingênuo, é gerada pela esperança advinda de utopias concretas, possíveis de serem realizadas, embora não existam garantias de que isso de fato ocorra. Desfaz-se então a condenação de um futuro pré-determinado:

> Ainda não está decidido o que há de emergir: aquilo que agora é pântano pode ser drenado. Redobrando-se a coragem e o saber, o futuro não virá como fatalidade sobre o ser humano, mas o ser humano virá sobre o futuro e ingressará nele com o que é seu. (BLOCH, 2005, p. 196)

[10] Bloch utiliza a expressão "sonhos diurnos" para diferenciá-los dos sonhos noturnos. Possuem conteúdo e natureza distintos, e de acordo com o autor, enquanto estes últimos dizem respeito ao inconsciente, os sonhos diurnos têm lugar no "ainda-não-consciente", expressando formas de "antecipação". Para maior detalhamento, consultar "O Princípio Esperança", v. 1, parte II.

Muitos dos avanços e conquistas que hoje estão incorporados na sociedade já foram considerados como utópicos. No mundo do trabalho, há exemplos contundentes: “Entre as mais importantes realizações hoje incorporadas à vida social, mas que, no seu início, eram consideradas utópicas, destaca-se a luta contra o trabalho escravo e o emprego legal da tortura”. (CATTANI, 2003, p. 273)

Portanto, a defesa da utopia consiste em seu papel de tomada de consciência e visão crítica sobre o presente, bem como, disposição para imaginar e agir por um futuro melhor. Ao introduzir o conceito de utopia concreta, Bloch permite que a utopia seja apreciada como ciência, mas não em uma perspectiva de neutralidade ou apartada de valores.

Colocar em marcha sentimentos como esperança e otimismo, desde que em torno de uma utopia concreta, é o caminho para as transformações. Faltam análises para sustentar que a Economia Solidária é uma utopia concreta. Há tempos, porém, superou a fase de mera abstração teórica e vem crescendo em quantidade e desafios, fenômenos observados por Tauile e que talvez tenham motivado o autor a ser otimista, sem dúvida, militante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas páginas iniciais da obra “Princípio Esperança”, Bloch anuncia: “Pensar é transpor”. O sentido de transposição denota a riqueza e singularidade de sua compreensão sobre a realidade. Transpor não é limitar-se ao que existe e tampouco apegar-se a ilusões. Transpor tem o sentido de reparar naquilo que não está aparente, no que ainda não se apresenta por inteiro, mas que nem por isso deixa de ser real.

Talvez esse seja o sentido da trajetória de José Ricardo Tauile com a Economia Solidária. Desde suas primeiras reflexões, demonstrou preocupação com os limites e possibilidades da Economia Solidária, aliando análises sobre a realidade posta, mas sem abdicar de perspectivas em relação a um futuro melhor. Não se deixou levar pela ilusão, mas tampouco se entregou ao conformismo ou ao pessimismo.

Privilegiou estudos sobre a viabilidade e sustentabilidade dos empreendimentos e da Economia Solidária, enfatizando o papel das políticas públicas, portanto da política como instrumento para fazer avançar essas experiências.

Pensou e acreditou em um projeto de sociedade melhor; envolveu-se na teoria e prática da Economia Solidária; nutriu esperança, sem abdicar do rigor acadêmico; diagnosticou e propôs formas de ultrapassar dificuldades. Otimista militante, deixou um legado que extrapola os limites acadêmicos e que reafirma a atualidade e relevância das utopias, concretas ou não.

REFERÊNCIAS

BLOCH, E. **O princípio esperança**. v. 1 Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005.

_____, E. **O princípio esperança**. v. 2 Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2006.

BUEY, F. F. **Utopias e ilusiones naturales**. Barcelona: El Viejo Topo, 2007.

CATTANI, A. Utopia. In: CATTANI, A. D. (Org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz editores, 2003.

CORRAGIO, J. L. La sostentabilidad de los emprendimientos de la economia social y solidaria. **Otra Economía. Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria.** v. II, n. 3, 2008

_____, J. L. **Sustentabilidad y lucha contrahegemónica en el campo de la economía solidaria**. Disponível em: <http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/Seminario%20Bahia%20sustentabilidad.pdf >. Acesso em: 10 fev. 2010.

GAIGER, L. I. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. **Otra Economia. Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria.** v. II, n. 3, 2008.

PAIXÃO, M.; BRANCO, R. C. (Org.) José Ricardo Tauile: um convite à inteligência social. In: _____. **Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento**: escritos escolhidos 1981-2005. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

SALM, C. Prefácio. In: PAIXÃO, M.; BRANCO, R. C. (Org.) **Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento**: escritos escolhidos 1981-2005. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009

TAUILE, J. R. **Para (re) construir o Brasil contemporâneo**: trabalho, tecnologia e acumulação. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_____ J. R. Do socialismo de mercado à economia solidária. In: PAIXÃO, M.; BRANCO, R. C. (Org.) **Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento**: escritos escolhidos 1981-2005. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009a

_____, J. R. Economia solidária e autogestão: criação e recriação de trabalho e renda. In: PAIXÃO, M.; BRANCO, R. C. [Org.] **Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento**: escritos escolhidos 1981-2005. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009b

_____, J. R. Autogestão no Brasil: o salto de qualidade nas políticas públicas. In: PAIXÃO, M.; BRANCO, R. C. (Org.) **Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento**: escritos escolhidos 1981-2005. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009c

_____, J. R. Economia solidária e autogestão no Brasil: síntese de uma pesquisa. In: PAIXÃO, M.; BRANCO, R. C. (Org.) **Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento**: escritos escolhidos 1981-2005. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009d

VÁZQUEZ, G. Una mirada sobre el debate acerca de la sostenibilidad de los emprendimientos de economía social y solidaria. XXVII Congreso ALAS, Buenos Aires, Set. 2009.